

A participação das mulheres no ensino superior

Maíra Barbosa Santos

Graduada em Ciências Econômicas pela PUC Minas e Gestora de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela UFMG – UAB.
mairabarbosace@gmail.com

Palavras-chave:
Políticas Públicas, Universidade, Mulher, Sociedade, Discriminação.

Keywords:
Public Policy, University, Woman, Society, Discrimination.

RESUMO: Diante da evolução das políticas públicas para as mulheres, busca-se analisar a participação e a inserção da mulher no meio educacional, utilizando-se do método descritivo através da análise do setor educacional do Brasil apresentados no Censo de 2010 (IBGE), que revelam que em meios às dificuldades há um interesse e participação crescente das mulheres em se qualificar e a se especializar mais em diversas áreas de interesse e atuação.

ABSTRACT: The evolution of public policies for women, seek to analyze the participation and integration of women in the educational environment, using the descriptive method through the analysis of Brazil's education sector presented in the Census of 2010 (IBGE), which reveal that means in the difficulties there is a growing interest and participation of women in qualify and to specialize more in various areas of interest and expertise.

1 - Introdução

A Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 em sua mais nova formulação, garante e assegura que a educação é direito de todos e estabelece princípios de igualdade entre todos. (BRASIL, 1996).

"Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996, p.1)."

Desde modo a educação deve incluir a todos visando a instrução profissional para atuação no mercado de trabalho, no exercício de uma cidadania plena. A lei garante a participação e inserção das mulheres no meio educacional, e em especial no meio acadêmico que, é "um direito conquistado por estas após várias reivindicações, por entendê-la como um instrumento importante e que influi na formação, transformação e desenvolvimento das

peças e, conseqüentemente, da sociedade na qual nos inserimos.” (GOMES, 2013, p. 2). Frente ao presente cenário educacional apresentado pelo Brasil, tem-se a necessidade do estudo da participação das mulheres no meio universitário analisando papel das Políticas Públicas e de Ações afirmativas verificando se estes programas têm de fato assegurando os direitos das mulheres.

A adoção destas Políticas por parte do Estado visa a diminuição da exclusão social, racial e de gênero, compreendendo questões que têm levado a sociedade a caminhar para um mundo mais democrático e igualitário, diminuindo o índice de violência, de repressão, discriminação e de preconceito sofrido principalmente pelas mulheres no meio universitário. O mercado de trabalho, por sua vez, é um espaço onde a mulher hoje está cada vez mais presente e atuante, principalmente na atuação em cargos que exigem mão-de-obra especializada. (HEILBORN, 2010). Este estudo, portanto, é relevante para demonstrar a efetividade do uso das Políticas Públicas e Ações Afirmativas na promoção da inclusão da mulher no meio universitário e na sociedade com um todo.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise dos dados secundários do Censo Demográfico de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao crescimento do nível de instrução educacional do Brasil e da participação da mulher no meio universitário, após a implantação das leis em benefícios destas estabelecidas pela Constituição.

2 - Políticas Públicas e ações afirmativas

As Políticas Públicas visam afirmar e difundir determinado direito de cidadania para determinado segmento social, cultural, étnico e econômico através do reconhecimento por parte da sociedade e pelos poderes públicos na busca pela afirmação dos direitos humanos. (SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2013).

Neste sentido, as Políticas Públicas seriam então, traduções dos propósitos

de programas e ações desenvolvidas pelo Estado em busca de resultados benéficos, respeitosos, cívicos e humanos para todos os cidadãos na promoção de uma sociedade democrática. E do seu ponto de vista etimológico, as Políticas Públicas referem-se à participação do povo nas decisões da cidade e do território. (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Nascimento (2013) ações afirmativas são formas de políticas públicas que objetivam efetivar as ações do Estado na promoção do bem-estar e da cidadania garantindo igualdade de oportunidades e tratamento entre as pessoas e a mobilização dos setores culturais com intenção de ampliar as ações de inclusão social. Sendo fundamental a compreensão de que os programas de ações como políticas públicas ou privadas servem de meios direcionados na redução das desigualdades sociais.

Baseando-se nas Políticas Públicas surge o conceito de Política Pública Educacional, que inclui políticas voltadas para o desenvolvimento educacional, como descrito por Oliveira (2010):

“Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.” (OLIVEIRA, 2010, p. 4)

Segundo o Portal MEC (2013), o sucesso das tentativas de melhorias nas políticas e práticas educacionais tem uma dependência maior das decisões e ações tomadas pela equipe gestora e dos líderes emergentes no contexto escolar.

3 - Avanços educacionais no Brasil

A escola, como descreve Ferreira (2013), possui destaque por ser um importante meio na formação de conhecimentos, comportamentos e valores que estão presentes nas interações entre os sujeitos, tendo um papel determinante no processo de constituição da subjetividade, pois através da transmissão da cultura durante a educação formal, esta instituição visa produzir um determinado tipo de formação humana. É o ambiente onde se busca compreender a sociedade na qual todos estão inseridos, estabelecendo como as relações sociais devem ser constituídas, como o trabalho se organiza, como o sujeito deve agir frente determinadas situações, a fim de levar o indivíduo a se inserir na realidade à sua volta, na tentativa de se construir uma representação subjetiva do mundo, que lhe permite lidar com a materialidade.

Segundo Oliveira (2010), a escola é um lugar de ensino para todos os grupos sociais, garantida em suas condições mínimas de existência exigidas pelo Estado, onde reproduz a cultura universal acumulada pela experiência humana sobre a Terra e disseminada em todos os países do planeta.

"[...] A educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas. Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas). Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem." (OLIVEIRA, 2010, p. 4)

A constituição dos indivíduos se dá através das relações sociais, assim, o modo como o outro vê o cidadão é fundamental para o modo como o cidadão vê a si próprio. A for-

mação de grupos é de grande importância no processo de aprendizagem e na constituição de identidade, pois as interações estabelecidas socialmente geram experiências variadas, desenvolvendo várias formas de pensar. (FERREIRA, 2013).

A sociedade, por sua vez, vem sofrendo modificações em suas formas de organização social, econômica, cultural e política de acordo com cada momento histórico da humanidade, reorganizando conceitos, normas, leis e parâmetros comportamentais considerados normais ou não para cada época. (FERREIRA, 2013).

O processo psíquico que nos permite tornar familiar e presente em nosso universo interior é dado a partir de uma atividade representativa, onde o indivíduo começa a desenvolver uma série de relacionamentos e de articulações com outros indivíduos que já se encontram nesse universo, dos quais adquire novos saberes ao mesmo tempo em que lhes acrescenta as suas experiências e conhecimentos. Os vínculos que se estabelecem em torno de uma sociedade traduzem a necessariamente uma escolha, escolha esta que é orientada por experiências e valores do sujeito. (ALVES-MAZZOTTI, 1994).

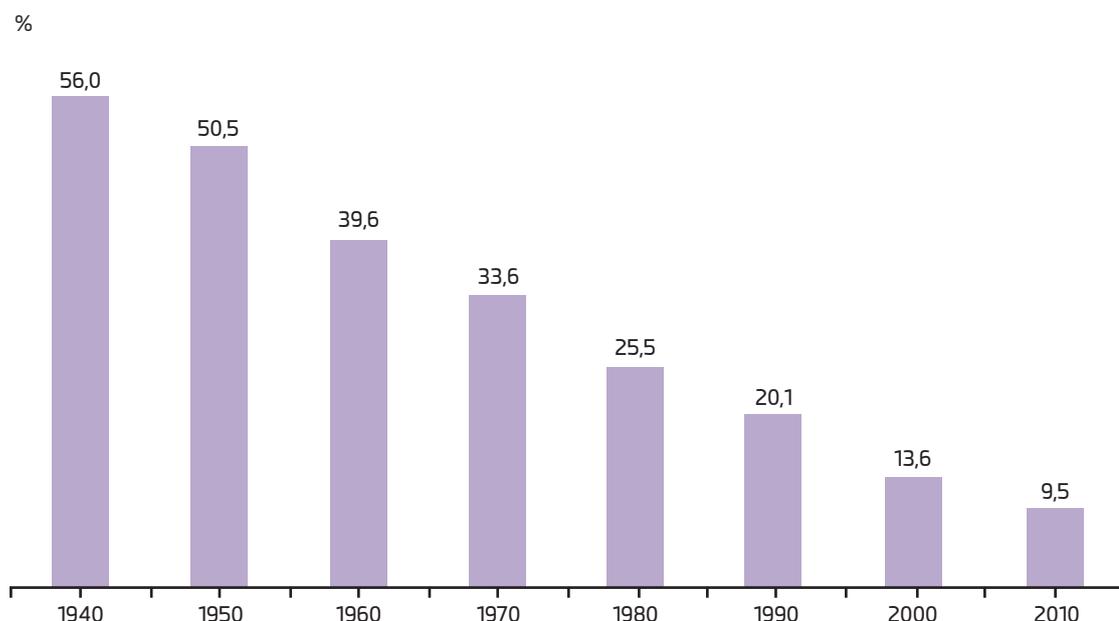
Analisando os dados disponibilizados pelo IBGE presentes na figura 1, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade do Brasil no período de 1940 a 2010 tem apresentado uma queda contínua que surtem efeitos positivos para o desenvolvimento da sociedade, passando de 56% em 1940 para 9,6% em 2010. Isso é um reflexo direto da efetividade da criação e implantação de Políticas Públicas que garantem educação para todos pelo Estado, bem como o acesso à educação a toda a população e também do aumento do investimento do Governo no setor de Educação. As políticas atuais incentivam a crianças, jovens e adultos a irem à escola para desenvolver o aprendizado.

Neste cenário Mugnol & Gisi (2012), destacam também a importância do Programa Universidade para Todos – PROUNI, enquanto uma política pública de assistência aos estudantes oriundos de famílias de baixa

renda que vieram de escolas públicas. Desde seu lançamento através da Lei 11.096/2005, o PROUNI, que utiliza a nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, benefi-

ciou várias pessoas e contribuiu significativamente para o aumento do número de pessoas qualificadas através do ensino superior.

Figura 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil 1940/2010



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010 (2012).

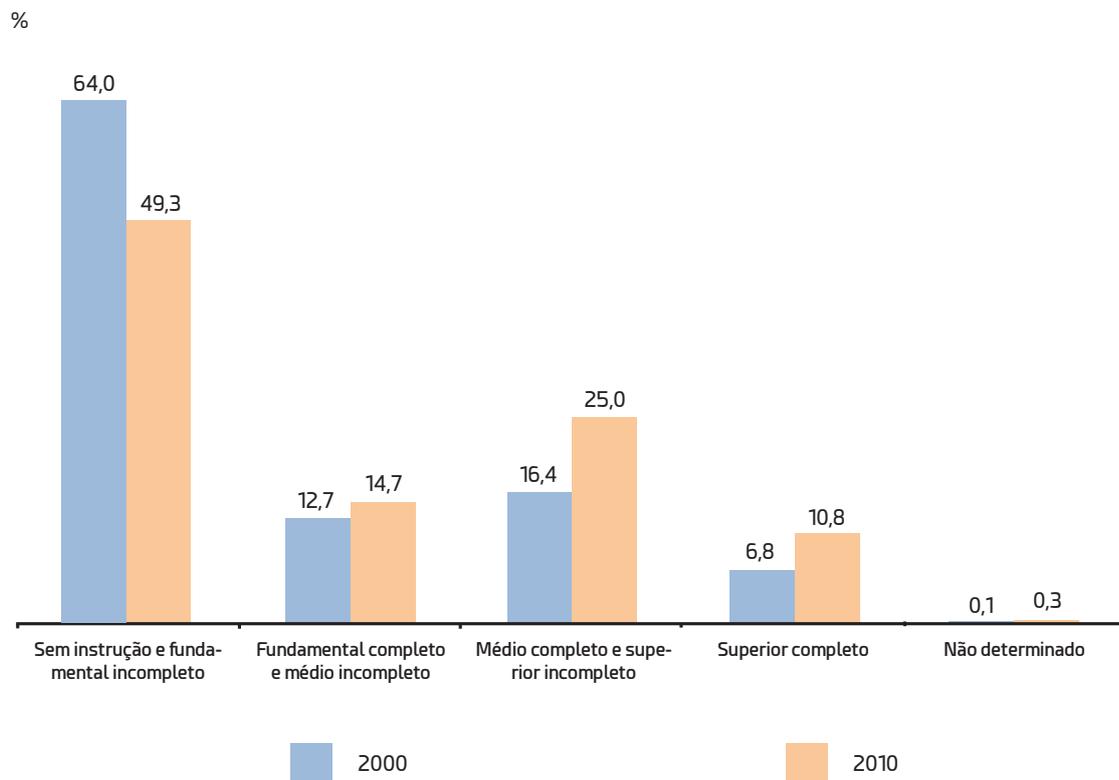
O Plano Nacional de Educação - PNE foi instituído para vigorar de 2011 a 2014, plano que tem como objetivo elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade do ensino em todos os níveis, reduzir desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência na educação. Visa também democratizar a gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (FÓRUM NACIONAL DE ESDUCAÇÃO, 2014).

A figura 2 mostram a distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução no Brasil no período 2010 mostra que o grau de instrução da população tem aumentado gradativamente em relação ao dados de 2000, após a instituição do Plano Nacional de Educação. O percentual de pessoas que possuem o nível superior com-

pleto aumentou em 58,82% no ano de 2010 e o percentual de pessoas que não possuem instrução e ensino fundamental incompleto apresentou uma queda de 22,96%. Resultados estes, que representam um aumento no nível de educação da população, facilitando o acesso à educação e informação que se possui e favorecendo às ações de integração em meio à sociedade.

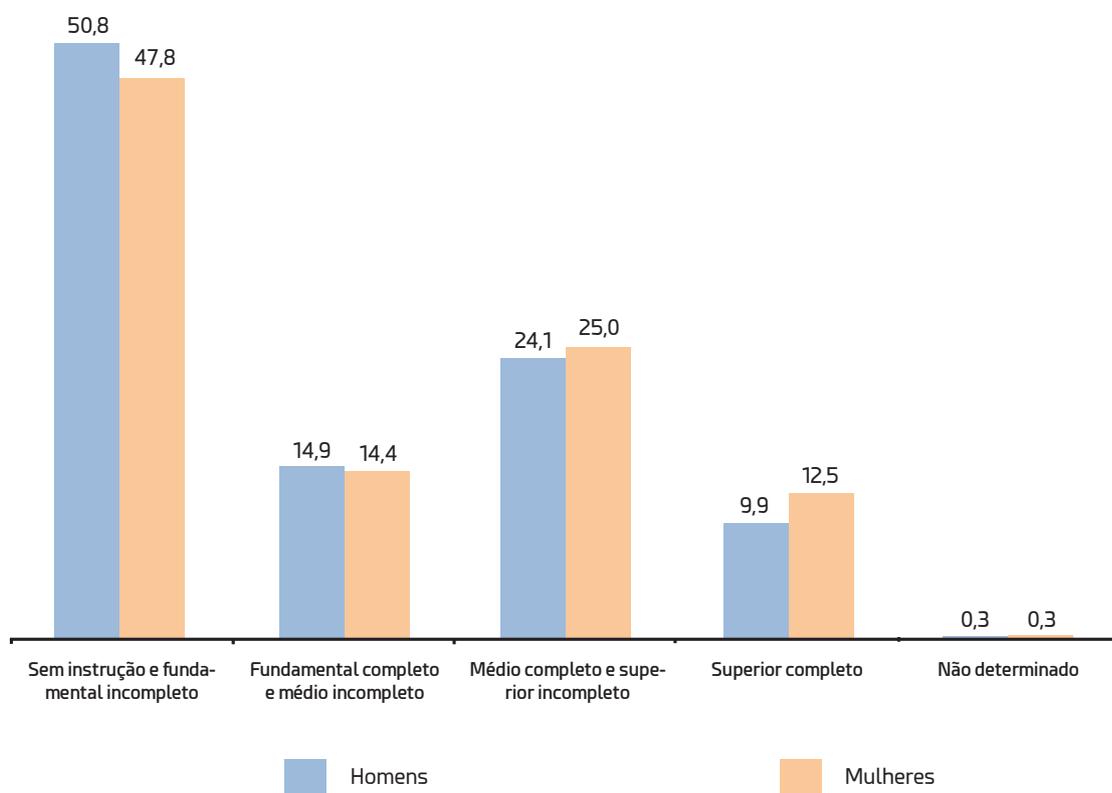
De acordo com a figura 3, o número de mulheres que possuem o nível superior completo é 26,26% maior que o número de homens e o percentual de mulheres que não possuem grau de instrução fundamental incompleto é menor que o número de homens, 5,9%. Tais dados revelam um aumento no nível de escolaridade da mulher, que vem se capacitando cada vez mais, aumentando o seu grau de instrução, este seu interesse se deve à alguns fatores como a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, a necessidade de ter mão-de-obra especializada e qualificada para ocupar determinados cargos, desejo de ser in-

Figura 2 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível e instrução – Brasil – 2000/2010



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010, (2012).

Figura 3 - Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo o sexo – Brasil – 2010



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010, (2012).

dependente, desejo de ter uma remuneração mais alta e pelo desejo de ter uma carreira profissional. (QUEIROZ, 2013).

Estes resultados representam um aumento no nível de educação e acesso à informação obtido através de Políticas Públicas como as Políticas Transversais de Gênero, que são definidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) em defesa dos direitos e dos interesses das mulheres brasileiras adotando e identificando tratamentos adequados à população feminina. Assim, a mulher tem ganhado espaço no meio universitário a tem ocupando este espaço de forma efetiva. (HEILBORN, 2011).

4 - Participação da mulher na educação e no meio universitário

Um fator de exclusão educacional, considerado pelas Políticas Públicas na promoção do desenvolvimento e na inclusão é a desigualdade de gênero, sendo visível nos índices de permanência e resultados escolares. (PORTAL MEC, 2013.) Diante destes problemas, os governos comprometem-se com sua incorporação às políticas educacionais e legislações, como forma de promover o desenvolvimento dos sistemas educacionais.

A educação inclusiva diz respeito à capacidade das escolas em educar todos sem qualquer tipo de exclusão, sejam crianças, jovens e adultos. De forma que a inclusão tenha o objetivo de acolher todos os estudantes, independente de duas condições pessoais, sociais e culturais. As escolas que adotam a inclusão valorizam as diferenças dos estudantes, as necessidades e a diversidade humana como recursos indispensáveis para o desenvolvimento de todos na classe, para a inclusão social e para o desenvolvimento docente. A educação inclusiva tem se difundido através da eliminação de barreiras que impedem a aprendizagem e a participação de muitas estudantes, contribuindo para assegurar que as diferenças de gênero, socioeconômicas, individuais e culturais não se transformem em desigualdades educacionais, e nem se transformem em desigualdades sociais. (PORTAL

MEC, 2013, p. 1).

Em épocas passadas a educação das mulheres era transmitida dentro de casa, sendo instruídas a serem donas de casa no gerenciamento do lar e da família e a universidade era voltada para a educação dos homens, que deviam ser bem sucedidos. Como enfatiza Bezerra (2013), havia uma preocupação com a educação das mulheres, mas tudo era ensinado dentro de suas casas. Para que a mulher pudesse ingressar em uma escola no ensino regular foi preciso um processo demorado, ressaltando que o objetivo de ensino das mulheres resumia-se apenas às prendas domésticas. As mulheres eram destinadas ao casamento, onde se tornariam donas de casa, mães e esposas dedicadas aos seus maridos, ao passo que os homens eram instruídos a serem principalmente advogados e médicos, buscando diferentes objetivos de ensino.

O preconceito, existente desde os primórdios na humanidade, e os indivíduos que sofrem com essa exclusão variaram no decorrer dos anos, como aponta Ferreira (2013). Ao citar outros tipos de preconceitos que estão presentes em nossa sociedade atual, aponta o preconceito de identidade de gênero, uma forma de discriminação e exclusão pela pessoas serem classificadas à um gênero e se identificar em outro.

A discriminação existente na sociedade vem de muitos anos atrás e mesmo com o auxílio das políticas públicas adotadas no decorrer das décadas, ainda persiste nos dias atuais. O preconceito se inicia através da distinção entre homens e mulheres, estes se discriminam dentro dos seus próprios grupos de acordo com raça, classe social, orientação sexual e outros critérios. Dentro da universidade não poderia ser diferente, estes tipos de preconceitos são praticados contra os indivíduos que estão dentro de um dos grupos que sofrem das discriminações citadas acima.

As mulheres, crianças, a população afrodescendente e demais grupos devem ser vistos nas especificidades de suas condições sociais. Na busca pelo direito à igualdade, surge, como direito fundamental, o direito a diferença, que requer respeito à diversidade, lhes



Josi Tainá

assegurando um tratamento especial e digno. (PIOVESAN, 2004).

Queiroz (2013) chama a atenção para o acesso diferenciado de homens e mulheres ao ensino superior, onde estudos mostram que no Brasil as mulheres começam tardiamente a ingressar na universidade. Somente após o final do século XIX, o direito de ingres-

sar no ensino superior é conquistado pelas mulheres brasileiras. Porém, ainda existe a discriminação entre o gênero feminino, onde as mulheres negras são menos favorecidas e possuem pouca atuação no meio universitário. (QUEIROZ, 2013.)

Os efeitos da implantação de políticas públicas que promovem a inclusão e o acesso à

educação têm tido reflexos diretos principalmente na vida educacional e profissional das mulheres, como apontado por Bezerra (2013, p. 1).

"Atualmente a mulher desempenha um papel de igualdade com o homem na sociedade, tem direitos garantidos por lei que lhe garantem a igualdade entre os sexos. Um desses direitos adquiridos pela mulher foi o acesso à educação."

Assim, o acesso da mulher à educação regular e o seu ingresso na educação de nível superior são conquistas obtidas através de incansáveis lutas e manifestações. (BEZERRA, 2013.)

O aumento da presença feminina no ensino superior tem se mantido constante e se refletido no mercado de trabalho, onde há um crescente aumento da mão-de-obra feminina qualificada. Ferreira (2013) afirma que podem ser identificados alguns avanços como conquistas de direitos na legislação em relação à questão social e as conquistas profissionais das mulheres. Além do preconceito de gênero e o preconceito racial, tem questões religiosas e culturais que dificultam o desenvolvimento e avanços das discussões acerca de temas relevantes como a sexualidade humana.

A carreira profissional da mulher se iniciou tardiamente, principalmente por questões de princípios familiares e de questões ligadas à desigualdade de gênero. As políticas de inclusão educacional em benefício da mulher como Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que compreende ações realizadas pelo Estado no enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens em nosso país através da adoção e implantação de ações afirmativas na promoção da cidadania da mulher, prevenindo respeito aos seus direitos à igualdade e à diversidade, assim como a autonomia da mulher. (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2005).

Segunda a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres "O maior acesso e a participação das mulheres nos espaços de poder são instrumentos essenciais para democra-

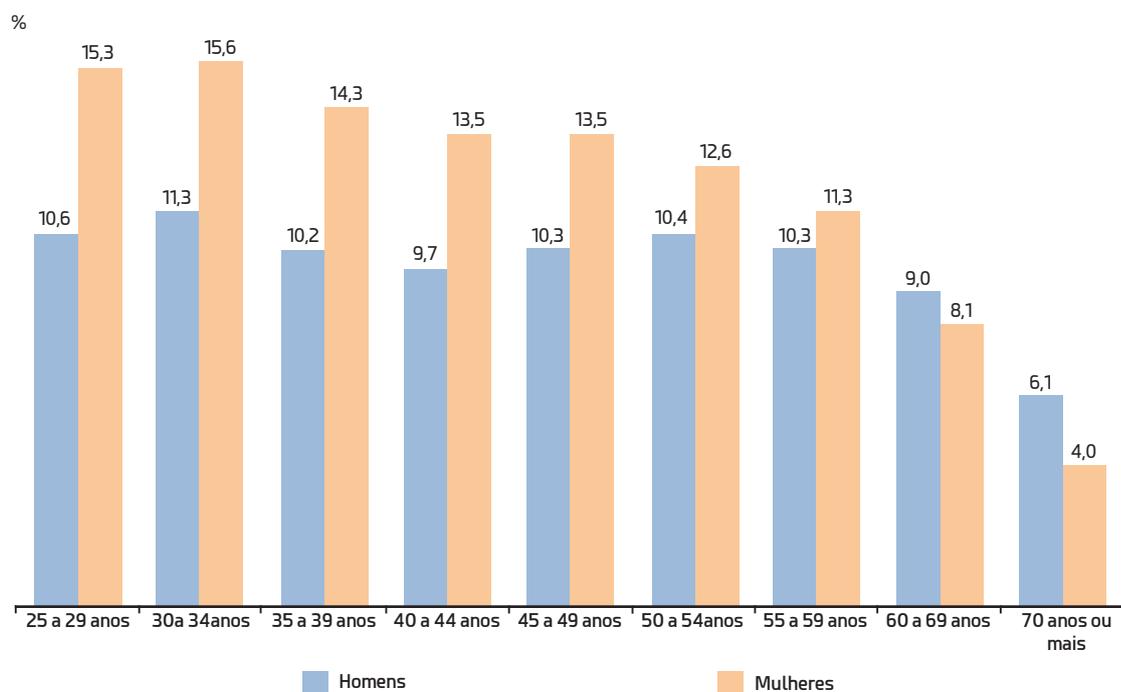
tizar a Estado e a Sociedade. (2005, p. 7).". Assim, as políticas viabilizam a participação democrática das mulheres, incentivando e defendendo a sua participação na sociedade, na política, na economia, na educação e principalmente em universidades. Desta forma, a busca por soluções se dá através de ações e políticas públicas com o objetivo de redução das desigualdades de gênero. (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2005).

Os avanços sociais conquistados pela mulher favoreceram, em sua maior parte, as mulheres mais jovens ao promover acesso à Universidade, onde estas possuem uma situação mais confortável com relação à divisão sexual de trabalho na família, pois muitas contam com o auxílio de seus companheiros, expressando uma nítida transformação nestes padrões, como afirma Carvalho & Casagrande (2013).

Analisando os dados da figura 4, percebe-se um número crescente de mulheres com curso superior completo tem aumentado cada vez mais ao longo das décadas, resultado consequente de políticas públicas que garantem os direitos da mulher e a inclusão do gênero em meio a sociedade. O percentual de mulheres nascidas na década de 1970 que concluíram o ensino superior de 4,0%, é baixo se comparado com o percentual atual de 15,3%. O ingresso das mulheres no ensino superior se deu pelas incansáveis lutas e manifestações em busca da independência, onde as Políticas Públicas Educacionais tiveram efeitos positivos e progressivos no desenvolvimento do Brasil. Estes dados mostram que a participação no meio universitário tem sido feita, em sua maioria, pelas mulheres, que com a conquista de novos direitos e de espaço na sociedade tem buscado uma qualificação e vem se destacando no mercado de trabalho.

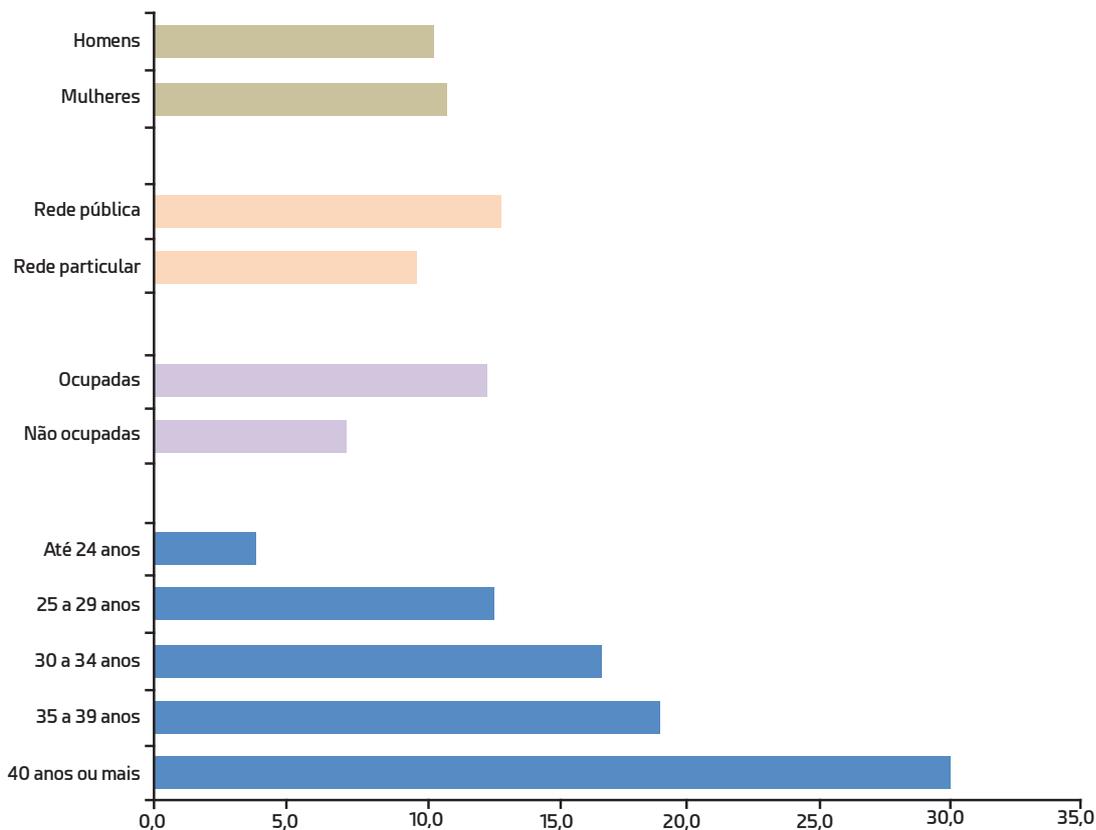
Do percentual de pessoas que concluíram o curso superior de graduação em 2010, o número de mulheres que concluíram um curso superior é 11,0%, um resultado maior que o número de homens, que é de 10,5%, como mostra a figura 5. Tais dados mostram que a participação das mulheres no meio universi-

Figura 4 - Percentual de pessoas com curso superior completo na população de 25 anos ou mais de idade, por grupos de idade, segundo o sexo – Brasil – 2010.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010, (2012).

Figura 5 - Percentual de pessoas que concluíram curso superior de graduação na população de estudantes de curso superior de graduação, segundo sexo, a rede de ensino que frequentavam, a situação de ocupação na semana de referência e os grupos de idade – Brasil – 2010.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Senso Demográfico 1940/2010, (2012).

tário tem aumentado e superado o percentual de participação dos homens. Curiosamente, o percentual de pessoas que concluíram o curso superior de graduação está na faixa etária de 40 anos ou mais de idade, que é de 30,1% e a de apenas 3,9% de pessoas de 24 anos de idade, uma variação de 671,79%, ou seja, um número maior pessoas de faixa etária mais elevada está concluindo o nível superior de graduação. Como a maioria das pessoas que concluíram o ensino superior é formada pelas mulheres, e levando em consideração os direitos garantidos às mulheres através de Políticas Públicas e Ações afirmativas, principalmente nos últimos 20 anos, pode-se afirmar que a participação das pessoas da faixa etária de 40 anos ou mais é resultado da obtenção destes direitos, onde as mulheres puderam enfim, realizar o desejo de ter um curso de nível superior.

4.1 - A participação da mulher nos cursos de nível superior

Segundo Carvalho, citada por Carvalho & Casagrande (2011), alguns cursos de nível superior possuem uma participação predominante de mulheres. O ingresso da mulher na universidade tem aumentado, e em algumas áreas as mulheres representam uma participação superior à dos homens, onde surge uma associação das carreiras com o gênero. Os cursos se identificam com o perfil da mulher devido às características que lhe foram atribuídas como sensibilidade, obediência, afetividade e compreensão, e o homem como forte, sábio, competitivo e independente. (PORTAL MEC, 2013).

Através de uma coleta de dados em uma universidade brasileira, verificou-se que cursos como Pedagogia, Enfermagem, Nutrição apresentam uma participação de cerca de 80% a 90% de mulheres, por serem cursos que representam uma extensão das atividades domésticas, domínio feminino seguido por milhares de anos. Estes são cursos tidos como "cursos para a mulher", principalmente o curso de Pedagogia, devido ao seu público ser predominante feminino. Por sua vez, os cursos de engenharia, tido como "cursos voltados para homem", têm

de 15% a 20% da participação de mulheres, onde pesquisas apontam que ainda existe discriminação contra a participação das mulheres em cursos desta área, apesar das conquistas obtidas também na área tecnológica. Assim formam-se estereótipos quanto ao público de determinados cursos, onde os cursos de áreas tidos como mais fáceis e didáticos são voltados para as mulheres e cursos que exigem mais esforço físico e mental são voltados para homens. Estes paradigmas impostos também são uma forma de discriminação, onde se estabelece o que a profissão da mulher e do homem no mercado. (CARVALHO & CASAGRANDE apud CARVALHO, 2008). Lombardi (2006) discute sobre as dificuldades encontradas pela mulher em cursos de engenharia

"[...] Alguns estereótipos de gênero que dificultavam o ingresso delas em certas áreas de conhecimento e de trabalho, em algumas atividades e atribuições, foram questionados socialmente e perderam parte do poder de intimidação nesse período de tempo. Nesse processo, contudo, a divisão sexual do trabalho se reproduziu dentro dessas mesmas áreas, dela decorrendo a atribuição de trabalhos diferentes, de diferente valor, a engenheiros e engenheiras." (LOMBARDI, 2006, p. 174)

Queiroz (2013) ressalta que as mulheres estão representadas, mesmo que em pequena proporção, em todas as carreiras do elenco universitário, entretanto, as mulheres mulatas e negras, sobretudo as negras, estão ausentes em algumas destas carreiras, como os cursos de Engenharia, principalmente.

Entre as estudantes dos cursos de Engenharia, por exemplo, há um estranhamento por parte de professores e alunos pela presença de jovens do sexo feminino que buscaram estes cursos.

"[...] Algumas engenheiras decidiram deixar de trabalhar na profissão para cursarem mestrado e doutorado e depois seguirem a carreira no Magistério Superior onde elas acreditam que as pressões sejam menores." (CARVALHO

& CASAGRANDE, 2011 apud CARVALHO, 2008, p. 12)

Historicamente, homens e mulheres têm papéis distintos, a mulher geralmente se ocupa com os afazeres da vida privada como cuidar da casa e da família e o homem com a vida pública, trabalhando fora de casa. Esta é uma forma de discriminação que faz com que estes sejam valorizados de modo diferente, não podendo se afastar da ordem estabelecida pelos estereótipos machistas. (PORTAL MEC, 2013).

"Frente às demandas da contemporaneidade, torna-se possível e necessário a transição entre o espaço público e privado independente de determinações de sexo. Esta distinção fora construída e segmentada com base em argumentos determinados pela diferença sexual biológica, onde a mulher estaria confinada ao espaço privado, pois seu destino seria cuidar dos filhos e da casa, e ao homem estaria reservado o privilegiado espaço político das discussões intelectuais e da autonomia." (OKIN apud PAZ & COATTI, 2013, p. 9)

Com o aumento da participação da mulher na sociedade surge um novo modo de vida na sociedade, onde a mulher também tem se ocupado com trabalhos públicos, fora da vida doméstica e o homem também tem se ocupado com afazeres domésticos e cuidados com a família, modificando a visão da sociedade quanto à diferença e discriminação aos gêneros masculino e feminino (PAZ & COATTI, 2013).

A diminuição da discriminação é uma das mais importantes áreas que tem apresentado avanços de direitos, que é característico das modernas democracias, onde uma sociedade democrática distingue-se por ser uma sociedade promotora de processos de inclusão social, diferente das antigas sociedades, que eram caracterizadas por reinos fortemente impermeáveis de exclusão social e individual (SEGALLA & MARTA, 2009).

"A participação popular é essencial à legítima construção dos direitos constitucionais, que assim não depen-

dem apenas da concepção política dos governos para a sua concretização. Os direitos sociais, como a assistência social, são conquistas que exigem uma resposta legítima do Estado brasileiro e, portanto, não são moedas de troca político-partidária. Diante disso, a não observância de instrumentos de participação e controle social pode culminar no esvaziamento do próprio direito constitucional à assistência social em nome de práticas clientelistas." (ABREU, 2013, p. 4)

Segundo Abreu (2013), as Políticas Públicas são resultados da necessidade de atuação positivas por parte do Estado, tendo como objetivo assegurar o crescimento sustentado da economia do país, criando empregos e aumentando a renda dos cidadãos brasileiros através da promoção da dignidade e da cidadania onde as políticas sociais de cunho universal visam a igualdade de oportunidades. Dessa forma se faz necessário o fortalecimento de pessoas e comunidades para que estas sejam altamente capazes de buscar melhorias na qualidade de vida e satisfazer suas necessidades.

5 - Conclusão

Através do estudo exposto e da análise dos dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conclui-se que o cenário vivido pela mulher no Brasil obteve resultados significativos e vitoriosos como resultados de lutas, manifestações, movimentos e protestos em defesa dos direitos das mulheres à participação igualitária na sociedade, que garantem a sua participação e aceitação no meio Universitário. O crescente número de mulheres que ingressam em Universidades tem sido maior que o número de homens, o que é consequência dos resultados obtidos através das Políticas Públicas que preveem a diminuição da discriminação, do preconceito e da violência enfrentada pelas mulheres desde os primórdios.

O resultado obtido através do aumento no número de pessoas que possuem o nível superior completo se deve principalmente

ao aumento do número de mulheres que tem ingressado no meio universitário, em resposta aos direitos obtidos na busca pela igualdade, pela melhoria nas condições de vida e do bem-estar em meio à sociedade, como apontam os dados do IBGE. As Políticas Públicas Educacionais, que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar, se desenvolveram acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo em suas necessidades educacionais contribuindo para a formação profissional de todos sem distinção de gênero, chegando à um cenário globalizado apresentando um caráter mais produtivo e eficiente na efetivação de seus propósitos. (OLIVEIRA, 2010).

Assim, através da sua inserção na univer-

sidade, a mulher conquistou o seu espaço em meio à sociedade, em atividades de caráter público e hoje possui uma autonomia que a permite escolher uma profissão e construir uma carreira profissional e que também a permite ter decisões sobre o seu modo de vida. A sua participação no ensino superior contribuiu para o aumento de seu desempenho em campos sociais, políticos e econômicos, onde a sua presença há algum tempo era restrita.

Contudo, vê-se importância da continuidade e adequações na formulação e efetivação das Políticas Públicas na busca de melhorias prospectivas que eliminem cada vez mais o preconceito e a discriminação ainda presente na sociedade, aumentando o índice de desenvolvimento do Brasil.



Gilmar Oliveira

Referências bibliográficas

- ABREU, Lidiane Rocha. (2011), "Políticas Públicas: atuações estatais essenciais à efetivação da cidadania plena." In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIV, n. 89. <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9650&revista_caderno=9>. Acesso em 03 out. 2013.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. (2008), "Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação." In: *Revista Múltiplas Leituras*, v.1, n. 1, p. 18-43. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>>. Acesso em: 05 out. 2013.
- BEZERRA, Nathalia. (2010), "Mulher e Universidade: A Longa e Difícil Luta Contra a Invisibilidade." *Anais Conferência Internacional sobre os Sete Saberes*. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013
- BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. (1996), Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União Brasília*. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- CARVALHO, Marília de & CASAGRANDE, Lindimar Salette. (2011), "Mulheres e Ciência: Desafios e Conquistas." In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. Florianópolis, v.8, n.2, p. 20-35, Jul./Dez. Disponível em: <<http://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2011v8n2p20/20565>>. Acesso em 07 out. 2013.
- FERREIRA, Luciana do Carmo et al. (2009), "A Educação Escolar: Uma Possibilidade Real de Combate ao Preconceito de Identidade de Gênero." In: *XV ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO*, Maceio. 1-05. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/98.%20a%20educa%C7%C3%20escolar.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.
- GOMES, Márcia Cristina. (2013), "Gênero e Educação: Mulheres na Docência e Ensino Superior." In: *II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. São Paulo. PUC São Paulo. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1h241MLG6IAJ:www.2coninter.com.br/artigos/pdf/722.pdf+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 10 fev. 2015.
- HEILBORN, Maria Luiza et al (Org.). (2011), "A transversalidade de gênero e raça na Gestão Pública." *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*. GPP – GeR: módulo V. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- HEILBORN, Maria Luiza et al (Org.). (2010), "Políticas Públicas e Gênero." *Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça*. GPP – GeR: módulo II. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2012), "Censo Demográfico de 2010." Rio de Janeiro: IBGE. <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000011363712202012375418902674.pdf>>. Acesso em 29 set. 2013.
- LOMBARDI, Maria Rosa. (2006), "Engenheiras brasileiras: Inserção e limites de gênero no campo profissional." *Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, jan./abr. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0836127.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2015.
- MUGNOL, Márcio & GISI, Maria Lourdes. (2012), "Avaliação de Políticas Públicas Educacionais: Os Resultados do Prouni." In: *XI ANPED SUL, Seminário de pesquisa em Educação na Região Sul*. 1-16. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2022/970>>. Acesso em 20 out. 2013.
- NASCIMENTO, João do. (2013), "Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social." <<http://meuartigo.brasile scola.com/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm>>. Acesso em 04 out. 2013.
- PAZ, Diego & COATTI Thiago. (2013), "GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: trânsitos entre masculino e feminino nos espaços público e privado." In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386596485_ARQUIVO_ThiagoCoatti.pdf>. Acesso em 22 fev. 2015.
- PIOVESAN, Flávia. (2005), "Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos." *Caderno de Pesquisa* vol.35, nº.124 São Paulo Jan./Abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004>. Acesso em 29 set. 2013.
- PORTAL MEC. (2005), "Educar na Universidade." Ministério de Educação, Brasília. <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educar%20na%20diversidade.pdf>>. Acesso em 04 out. 2013.
- PORTAL MEC. (2000), "Plano Nacional de Educação. Brasília : Ministério da Educação." Secretaria de Educação Especial. <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em 20 out. 2013.
- QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. (2013), "Mulheres no Ensino Superior no Brasil." Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. [Tese de Doutorado]. <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301t.pdf>>. Acesso em 04 set. 2013.
- OLIVEIRA, Adão Francisco de. (2010), "Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática." Editora da PUC Goiás. 1-09. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf>>. Acesso em 04 out. 2013.
- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. (2013), O que são Políticas Públicas. Governo do Estado do Paraná. <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf>. Acesso em 25 set. 2013.
- SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. (2005), Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília. <http://bvsm.sau de.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf>. Acesso em 24 out. 2013.
- SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca & MARTA, Tais Nader. (2009), "A importância da educação inclusiva na luta contra o preconceito." *Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI*, São Paulo, nov. de 2009. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/1952.pdf>. Acesso em 30 set. 2013.

Recebido em: 30 de outubro de 2013.

Aprovado em: 22 de março de 2015.